

Expressão linguística das relações retóricas de circunstância e de condição por meio de orações adverbiais temporais e por meio de orações adverbiais condicionais

(Linguistic expression of rhetorical relations of circumstance and condition through adverbial clause of time and adverbial clause of condition)

Juliano Desiderato Antonio¹

¹Departamento de Letras/Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Estadual de Maringá (UEM)

jdantonio@uem.br

Abstract: In this paper, we propose the use of factuality and presupposition parameters from the Functional Discourse Grammar in order to characterize adverbial clauses of condition and time, which hold rhetorical relations of circumstance and condition in a corpus with formed speeches and interviews. These rhetorical relations, according to the Rhetorical Structure Theory, are implicit propositions that arise from the combination of clauses or larger text portions. We found three types of conditional constructions regarding factuality and presupposition. In the case of time clauses, factuality and presupposition were relevant to determine the relation: factual time clauses hold circumstance relation whereas non-factual and non-presupposed time clauses hold condition relation.

Keywords: Rhetorical Structure Theory; Functional Discourse Grammar; clause combining.

Resumo: Neste trabalho, propõe-se a utilização dos parâmetros factualidade e pressuposição da Gramática Discursivo-Funcional para caracterizar as orações condicionais e as orações temporais que estabelecem relações retóricas de condição e de circunstância em um corpus formado por elocuições formais (aulas) e por entrevistas. Essas relações retóricas, de acordo com a Rhetorical Structure Theory, são proposições implícitas que surgem da combinação entre orações ou entre porções maiores de textos. Foram encontrados três tipos de construções condicionais no que diz respeito à factualidade e à pressuposição. Em se tratando das orações temporais, os fatores factualidade e pressuposição foram relevantes na determinação da relação estabelecida: orações temporais factuais estabelecem relação de circunstância e orações temporais não-factuais não-pressupostas estabelecem relação de condição.

Palavras-chave: Teoria da Estrutura Retórica; Gramática Discursivo-Funcional; hipotaxe adverbial.

Considerações iniciais¹

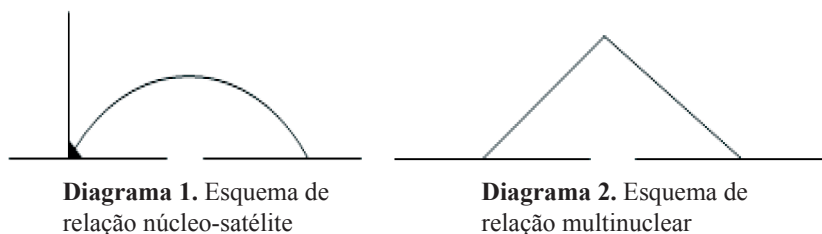
Um dos principais pressupostos da Teoria da Estrutura Retórica do Texto (RST – *Rhetorical Structure Theory*) é o de que, além do conteúdo proposicional explícito veiculado pelas orações de um texto, há proposições implícitas, chamadas *proposições relacionais*, que surgem da combinação entre orações ou entre porções maiores de textos (chamadas *text spans*, na terminologia da RST) (MANN; THOMPSON, 1983).

As proposições relacionais recebem outros rótulos como “relações discursivas”, “relações de coerência” ou “relações retóricas” (TABOADA, 2009, p. 127) e, no que diz respeito à sua organização, podem ser de dois tipos (MANN; THOMPSON, 1988):

¹ Os resultados apresentados neste artigo são parte do projeto de pós-doutorado intitulado “Uma investigação funcionalista da hipotaxe adverbial e das relações retóricas que organizam o texto”, com apoio financeiro da Fundação Araucária (Convênio 093/2010 – UEM – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA), desenvolvido na Unesp/São José do Rio Preto, sob supervisão da Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti.

a) núcleo-satélite (hipotáticas), nas quais uma porção do texto (satélite – S) é ancilar da outra (núcleo – N), como no diagrama 1 a seguir, em que um arco vai da porção que serve de subsídio para a porção que funciona como núcleo.

b) multinucleares (paratáticas), nas quais uma porção do texto não é ancilar da outra, sendo cada porção um núcleo distinto, como no diagrama 2 a seguir.



Uma lista de aproximadamente 25 relações foi estabelecida por Mann e Thompson (1988) após a análise de centenas de textos, por meio da RST. Essa lista não representa um rol fechado, mas um grupo de relações suficiente para descrever a maioria dos textos.²

De acordo com Gómez-González e Taboada (2005), a RST tem um viés em relação ao criador do texto, de forma que a característica mais importante na definição das relações é o efeito que o produtor do texto deseja atingir em seu destinatário, ou seja, sua intenção. A identificação dessas relações pelo analista, por sua vez, se baseia em julgamentos funcionais e semânticos, que buscam identificar a função de cada porção de texto, e verificar como o texto produz o efeito desejado em seu possível receptor. Esses julgamentos são de plausibilidade, pois o analista tem acesso ao texto, tem conhecimento do contexto em que o texto foi produzido e das convenções culturais do produtor do texto e de seus possíveis receptores, mas não tem acesso direto ao produtor do texto ou aos seus possíveis receptores, de forma que não pode afirmar com certeza que esta ou aquela análise é a correta, mas pode sugerir uma análise plausível (MANN; THOMPSON, 1988).

No âmbito da RST, não se deve entender que apenas marcadores discursivos (entendidos aqui em sentido *lato* como qualquer conjunção, preposição, locução conjuntiva etc. que estabeleça relação entre orações ou entre porções de texto) podem sinalizar relações retóricas. Para Taboada (2009), há outras marcas formais além dos marcadores discursivos que podem indicar relações retóricas, como, por exemplo, tempo, modo, encaixamento sintático, significado do verbo, implicaturas conversacionais.

Neste artigo, pretende-se utilizar alguns parâmetros da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) na tentativa de caracterização de marcas formais que possam caracterizar orações condicionais e orações temporais ao estabelecerem relações retóricas de condição e de circunstância no português brasileiro (de agora em diante, PB).

² Uma lista com as relações e suas definições pode ser encontrada no *site* <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>.

Pressupostos teóricos

RST

A RST é uma teoria descritiva que tem por objeto o estudo da organização dos textos, caracterizando as relações que se estabelecem entre as partes do texto (MANN; THOMPSON, 1988; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1992). A RST parte do princípio de que as relações retóricas que se estabelecem no nível discursivo organizam desde a coerência dos textos até a combinação entre orações (MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988). Para Mann e Thompson (1988), as proposições relacionais permeiam todo o texto, desde as porções maiores até as relações estabelecidas entre duas orações. De acordo com a teoria, são essas relações que dão coerência ao texto, conferindo unidade e permitindo que o produtor atinja seus propósitos com o texto que produziu.

No que diz respeito às funções globais, as relações da RST podem ser divididas em dois grupos (MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988):

- a) relações que dizem respeito ao assunto (*subject matter*), que têm como efeito levar o enunciatário a reconhecer a relação em questão: elaboração, circunstância, solução, causa, resultado, propósito, condição, interpretação, meio, avaliação, reafirmação, resumo, sequência, contraste;
- b) relações que dizem respeito à apresentação da relação (*presentational*), que têm como efeito aumentar a inclinação do enunciatário a agir de acordo com o conteúdo do núcleo, concordar com o conteúdo do núcleo, acreditar no conteúdo do núcleo ou aceitar o conteúdo do núcleo: motivação, antítese, fundo, competência, evidência, justificativa, concessão, preparação.

É possível procurar estabelecer um paralelo entre essas funções globais da RST e as metafunções de Halliday (1970; 1973). Nessa proposta, as relações que dizem respeito ao assunto, que têm como objetivo levar o destinatário a reconhecer a existência da relação, podem ser associadas à metafunção ideacional, responsável pela construção das experiências do usuário de uma língua natural. Caso o destinatário não reconheça as relações que se estabelecem entre as orações ou entre as partes do texto, não conseguirá calcular sua coerência. Por outro lado, as relações que dizem respeito à apresentação da relação, utilizadas pelo falante com o objetivo de agir sobre o destinatário do texto, levando-o a concordar, acreditar ou agir de acordo com o conteúdo da porção de texto que constitui o núcleo, podem ser associadas à função interpessoal, responsável pelos recursos gramaticais utilizados pelo falante para interagir com seu interlocutor. Caso o destinatário não reconheça a relação, os objetivos do produtor do texto não serão alcançados, uma vez que seu interlocutor não realizará as ações pretendidas pelo falante.

GDF

Assim como a RST, a GDF também integra o polo funcionalista de estudos da linguagem. Trata-se de um modelo de estrutura da linguagem tipologicamente baseado, e seus autores propõem que seja um componente gramatical de uma teoria mais ampla da interação verbal (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

O componente gramatical do modelo apresenta conexões com outros módulos não-gramaticais: componente conceitual, componente contextual e componente de saída. Uma das principais características da GDF e uma das principais diferenças em relação ao modelo do qual se originou (*Functional Grammar – FG – DIK, 1989*) é ter uma organização *top-down*. Isso quer dizer que a GDF parte das intenções do falante e vai até a articulação das expressões linguísticas. Embora essa organização reflita a organização do processamento da linguagem, Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que a GDF não se propõe a ser um modelo do falante, mas um modelo de gramática que tem evidência psicolinguística.

Outra característica do modelo salientada pelos autores é o fato de tomar o Ato Discursivo como unidade básica de análise, e não mais a oração, como fazia a FG. Um Ato Discursivo pode ser composto por uma interjeição, por uma oração, por fragmentos de orações, por locuções ou por palavras. Quando combinados, os Atos Discursivos formam um Movimento (*Move*, em inglês), definido por Kroon (1997, p. 20) como “a mínima unidade livre do discurso capaz de participar de uma estrutura de interação”. Os Atos Discursivos e os Movimentos fazem parte de um dos quatro níveis do componente gramatical da GDF, o nível Interpessoal.

No componente gramatical, os níveis Interpessoal e Representacional são responsáveis pela formulação, entendida pelos autores como “as regras que determinam o que constitui representações pragmáticas e semânticas subjacentes válidas em uma língua” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2), ao passo que os níveis Morfossintático e Fonológico são responsáveis pela codificação, entendida pelos autores como “as regras que convertem essas representações pragmáticas e semânticas em regras morfossintáticas e fonológicas” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2).

Diálogo RST-GDF

Procurando estabelecer um diálogo entre a RST e a GDF, Gómez-González e Taboada (2005) apresentam a possibilidade de acomodar relações de coerência da RST na GDF, classificando as relações em níveis. De acordo com as autoras, o próprio Dik (1997) já havia sugerido essa possibilidade, atribuindo relações discursivo-funcionais ao nível do ato retórico (interpessoal) ou ao nível do assunto (representacional). Assim, relações da RST, como motivação, fundo, antítese, concessão e solução ficariam alocadas no nível interpessoal, e relações como elaboração, condição, propósito e circunstância seriam do nível do assunto.

Ainda segundo Gómez-González e Taboada (2005), Kroon (1997) também argumenta a favor de uma classificação bipartida das relações de coerência. A autora defende a existência de relações de interação e de relações retóricas. As do primeiro tipo integrariam o nível interacional do discurso, ao passo que as do segundo tipo fariam parte do nível retórico ou representacional.

Para Gómez-González e Taboada (2005), essa distinção entre função semântica/função pragmática das relações tem base na proposta de van Dijk (1979) para distinguir os conectivos de acordo com o tipo de relação estabelecida: “os conectivos pragmáticos expressam relações entre atos de fala, ao passo que os conectivos semânticos expressam relações entre fatos denotados” (p. 449).

Dessa forma, de acordo com a proposta de Gómez-González e Taboada (2005), as relações da RST que dizem respeito ao assunto podem ser acomodadas na GDF no nível representacional, e as relações que dizem respeito à apresentação da relação podem ser acomodadas no nível interpessoal.

Outra questão a ser considerada no possível estabelecimento de um diálogo RST-GDF é o fato de a GDF restringir as relações de coerência apenas aos casos em que há uma marca linguística de que há uma relação. Nesse caso, a proposta de Gómez-González e Taboada (2005) é que se investigue além dos conectivos ou marcadores discursivos procurando por essas marcas. As autoras sugerem outras formas de marcação, como tempo, modo, forma finita do verbo, encaixamento sintático etc.

Orações hipotáticas adverbiais condicionais

Hengeveld (1998), um dos autores da GDF, distingue alguns tipos de construções condicionais. As orações condicionais potenciais são consideradas de terceira ordem (proposições), não-factuais (“descrevem um evento que é considerado irreal a partir da perspectiva do ponto de referência temporal da oração principal”, p. 350) e não-pressupostas. O exemplo apresentado pelo autor é a construção a seguir (p. 357): “He won’t get the job if he has no qualifications” (*Ele não conseguirá o emprego se não tiver qualificações*). As construções condicionais irrealis são consideradas de terceira ordem (proposições), não-factuais e pressupostas. Deve-se observar que, para Hengeveld (1998), “no domínio não-factual, a pressuposição leva à contrafactividade, isto é, à pressuposição de que um evento é irreal ou de que o conteúdo proposicional é falso” (p. 353). O exemplo apresentado pelo autor é a construção a seguir (p. 358): “He wouldn’t get the job if he had no qualifications” (*Ele não conseguiria o emprego se ele não tivesse qualificações*).

Orações hipotáticas adverbiais temporais

Estudos realizados no PB a respeito das orações adverbiais temporais (CROCCI DE SOUZA, 1996; BRAGA, 1999; NEVES, 2000) demonstram que a conjunção *quando* é o conectivo mais utilizado pelos falantes para relacionar a oração temporal à chamada oração principal da construção. Outros juntivos são utilizados, segundo Braga (1999, p. 447), quando há “necessidade de precisar a informação codificada pela oração de tempo”.

Neves (2000) observa que as construções temporais podem ter outros sentidos, como, por exemplo, o de condição. Os critérios propostos por Neves para que uma oração temporal tenha leitura condicional são o traço [-tel], o aspecto imperfectivo e a simultaneidade dos estados-de-coisas. No caso de uma leitura condicional eventual, a oração nuclear e a oração temporal geralmente estão no presente ou no pretérito perfeito, os estados-de-coisas da oração nuclear e da oração adverbial são simultâneos, o aspecto é não-perfectivo, implicando iteração (quando = todas as vezes que), além da habitualidade, que se dá dentro das condições estabelecidas na oração adverbial (condição preenchível). Um exemplo apresentado pela autora é transcrito a seguir: “Vamos mudar de assunto que Fontoura se irrita quando a gente fala nele” (NEVES, 2000, p. 799). No caso de uma leitura condicional factual, a oração adverbial e a oração nuclear geralmente estão no presente ou no pretérito imperfectivo, a simultaneidade entre os estados-de-coisas da oração temporal e da oração nuclear é tênue, a oração temporal apresenta uma condição preenchida (factualidade) e o fato expresso na oração temporal pode ser entendido como justificativa para o que se afirma na oração

principal (*uma vez que, já que*). Um exemplo apresentado pela autora é o seguinte: “Como é possível dizer tal coisa quando se sabe universalmente que as drogas são depressivas, viciantes e causam distúrbios físicos e mentais?” (NEVES, 2000, p. 799).

Hirata-Vale (2008) também argumenta a favor da existência de contextos em que orações adverbiais temporais podem ter interpretação condicional no PB. A autora apresenta alguns dos fatores que levam à interpretação condicional das orações temporais. Quando a construção temporal mostra uma situação que sempre acontece em algumas circunstâncias, é entendida como satisfação da condicionalidade. Sendo assim, o preenchimento da situação que se expressa na oração temporal está condicionado à situação que se prediz na oração nuclear. Um exemplo apresentado pela autora é transcrito a seguir: “Olha, meu filho: as roupinhas eram bonitas, mas a moça... a moça era simplesmente linda! Dessas de homem olhar pra trás quando encontra na rua!” (p. 172). A autora também apresenta uma paráfrase dessa construção iniciada por *se*: “Dessas de homem olhar pra trás se encontra na rua!” (p. 172). A autora também apresenta, com base nos autores Declerck e Reed (2001), outros casos nos quais orações adverbiais temporais podem ser compreendidas como condicionais: *case-specifying*, *set-restricting* e focalização.

Hengeveld (1998) divide as orações temporais em orações de simultaneidade e de orações de anterioridade. De acordo com o autor, esses dois tipos de oração são de segunda ordem (estados-de-coisas) e pertencem ao domínio factual, em que “o evento é considerado real a partir da perspectiva do ponto de referência temporal da oração principal” (p. 350). Pérez Quintero (2002) acrescenta a essa classificação de Hengeveld as orações de posterioridade.

Considerações metodológicas

O corpus da pesquisa

O *corpus* da pesquisa é composto por 10 entrevistas e por 5 elocuições formais (aulas) do banco de dados do Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/ Noroeste do Paraná (Funcpar).

Os informantes das entrevistas são professores universitários de Maringá (PR) que nasceram na cidade ou residem nela há mais de 10 anos. Para que esses informantes apresentassem um comportamento linguístico mais espontâneo durante a entrevista, solicitou-se previamente a cada um deles um artigo científico de sua autoria. Após a leitura do texto, o pesquisador elaborou perguntas sobre o processo de produção do texto em si e sobre os temas tratados no artigo. Observou-se que esse procedimento possibilitou um maior envolvimento dos informantes com o conteúdo do que estavam falando, diminuindo-se o efeito “intimidatório” que o gravador geralmente causa aos entrevistados.

Os informantes das elocuições formais também são professores (de ensino superior ou de ensino médio). Assim como nas entrevistas, os informantes também nasceram em Maringá ou residem nessa cidade há mais de 10 anos. As gravações foram feitas durante aulas e durante apresentações de trabalho, motivo pelo qual se espera um certo grau de formalidade nos textos no que diz respeito ao uso do português considerado “culto”. Outras características que devem ser destacadas nesses textos são os papéis e a posse do turno fixados previamente (KOCH; SOUZA e SILVA, 1996). Por isso, há poucas marcas

de interação, o professor ou apresentador de trabalho em geral responde a perguntas feitas pelos alunos ou pela audiência. Esses textos também têm um início bem marcado com a apresentação dos objetivos da aula ou do trabalho, bem como um encerramento no qual os objetivos da aula seguinte são antecipados

Parâmetros de análise

Como se afirmou anteriormente neste trabalho, é necessário que outras marcas formais além do conectivo ou marcador discursivo sejam levadas em conta quando se analisa como são estabelecidas as relações retóricas. Dessa forma, os parâmetros investigados neste trabalho são apresentados a seguir.

Tipo de conectivo

Pretende-se verificar quais conectivos ou marcadores discursivos são utilizados pelos falantes nas construções condicionais e nas construções temporais.

Factualidade e pressuposição

Pérez Quintero (2002) considera como factuais: (a) estados-de-coisas descritos como reais, (b) conteúdos proposicionais descritos como verdadeiros, (c) atos discursivos descritos como assertivos. No que diz respeito à pressuposição, Hengeveld (1998, p. 353) afirma que, “no domínio não-factual, a pressuposição leva à contrafactividade, isto é, à pressuposição de que um evento é irreal ou de que o conteúdo proposicional é falso”.

Correlação modo-temporal

Como sugerem Gómez-González e Taboada (2005), investigou-se, neste trabalho, se o tempo e o modo do verbo são fator determinante no estabelecimento da relação de condição ou de circunstância em se tratando de orações condicionais e de orações temporais.

Posição

Verificou-se também se o fato de a oração adverbial estar anteposta ou posposta à oração nuclear influencia o tipo de relação estabelecida em se tratando de orações condicionais e de orações temporais.

Análise dos dados

Orações condicionais e relação retórica de condição

Os fatores factualidade e pressuposição foram relevantes na determinação dos tipos de orações condicionais encontradas no *corpus*. Embora Hengeveld (1998) não considere a existência de orações condicionais factuais, algumas correlações modo-temporais parecem indicar a existência desse tipo de construção no PB. O trabalho de Neves (2000), por exemplo, considera três subtipos de construções condicionais, sendo um deles o factual.

Dessa forma, foram encontradas construções condicionais de três tipos: factuais – exemplo do diagrama 3, não-factuais não-pressupostas – exemplo do diagrama 4, e não-factuais pressupostas – exemplo do diagrama 5. Embora haja três tipos de construções condicionais, a relação retórica estabelecida pelas orações condicionais é a mesma: condição.



Diagrama 3. Oração condicional factual



Diagrama 4. Oração condicional não-factual não-pressuposta

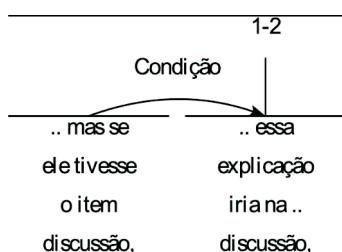


Diagrama 5. Oração condicional não-factual pressuposta

Uma diferenciação formal interessante entre as construções condicionais factuais, as construções condicionais não-factuais não-pressupostas e as construções condicionais não-factuais pressupostas pode ser observada na Tabela 1 a seguir, em que se apresentam os dados referentes à correlação modo-temporal desses três tipos de construções:

Tabela 1. Factualidade e correlação modo-temporal (construções condicionais)

Tipo de oração condicional	Oração condicional-oração nuclear	N	%
Factual	Presente – Presente	27	81,8
	Pretérito perfeito – Presente	6	18,2
	TOTAL	33	100
Não-factual não-pressuposta	Futuro do subjuntivo – Presente do indicativo	31	36,5
	Futuro do subjuntivo – Futuro do indicativo	22	26
	Presente – Futuro	9	10,5
	Demais correlações (com menos de 4 ocorrências cada)	23	27
	TOTAL	85	100
Não-factual pressuposta	Pretérito imperfeito do subjuntivo – Futuro do pretérito do indicativo	9	69,2
	Pretérito imperfeito do subjuntivo – Pretérito imperfeito do indicativo	2	15,4
	Demais correlações (com apenas 1 ocorrência cada)	2	15,4
	TOTAL	13	100

Nas construções factuais, a maior frequência de ocorrência (81,8%) é de construções com presente do indicativo tanto na oração condicional quanto na oração nuclear. Entre as

construções não-factuais não-pressupostas, a maior frequência de ocorrência (36,5%) é das construções com o futuro do subjuntivo na oração condicional e presente do indicativo na oração nuclear. Nas orações não-factuais pressupostas, por sua vez, observa-se maior frequência de ocorrência (69,2%) do pretérito imperfeito do subjuntivo na oração condicional. É justamente o uso dessa forma verbal que garante a pressuposição no domínio não-factual, ou seja, a “pressuposição de que um evento é irreal ou de que o conteúdo proposicional é falso” (HENGEVELD, 1998, p. 353).

No que diz respeito à conjunção, como pode ser observado na Tabela 2 a seguir, o conectivo *se* é o mais utilizado pelos informantes do *corpus* (89,4% das ocorrências). Outros conectivos como *desde que* e *caso* têm apenas uma ocorrência cada no *corpus*. Outras maneiras de se estabelecer essa relação encontradas no *corpus* foram duas ocorrências de construção condicional com forma verbal não-finita (gerúndio) e construções paratáticas com sentido condicional (que fogem ao escopo deste trabalho).

Tabela 2. Tipo de conectivo (construções condicionais)

Tipo de conectivo	N	%
Se	117	89,4
Construção paratática	9	7
Sem conectivo (com forma verbal finita – gerúndio)	2	1,5
Desde que	1	0,7
Caso	1	0,7
Sem conectivo	1	0,7
TOTAL	131	100

No que diz respeito à posição, a grande maioria das orações condicionais ocorre anteposta à oração nuclear, com frequência de ocorrência de 90,1%, como pode ser observado na Tabela 3 a seguir. Essa alta frequência das orações adverbiais condicionais em posição anteposta à oração nuclear é geralmente associada à função de tópico, no sentido de *aboutness*, exercida por essas orações (AKATSUKA, 1986).

Tabela 3. Posição da oração condicional em relação à oração nuclear

Posição	N	%
Anterior	118	90,1
Posterior	9	6,9
Sem oração nuclear	4	3,1

Pode-se observar que há quatro ocorrências de oração condicional sem oração nuclear, como no exemplo “Se eu puder ajudar”. Nesse caso, segundo Neves (2000, p. 855),

[...] o falante constitui a moldura de referência condicional, que é a oração com SE, mas deixa a cargo do ouvinte o preenchimento do conteúdo emoldurado (a oração principal). O conteúdo da parte nuclear da construção, então, tem de ser resgatado pelo ouvinte segundo seu conhecimento, sua experiência no assunto, ou, mesmo, seu desejo[...]

Orações temporais e relações retóricas de circunstância e de condição

Assim como aconteceu com as orações condicionais, os fatores factualidade e pressuposição também foram relevantes na determinação dos tipos de orações temporais

encontradas no *corpus*. Foram encontradas construções temporais de dois tipos: factuais (estabelecendo relação de circunstância), como no exemplo do diagrama 6, e não-factuais não-pressupostas (estabelecendo relação de condição), como no exemplo do Diagrama 7.

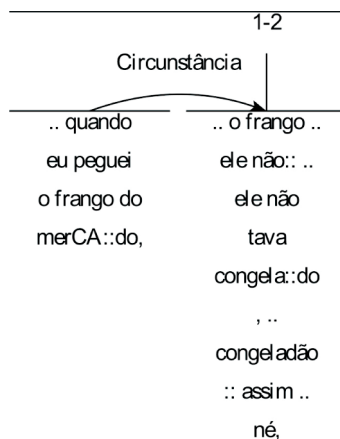


Diagrama 6. Relação de circunstância estabelecida por oração temporal

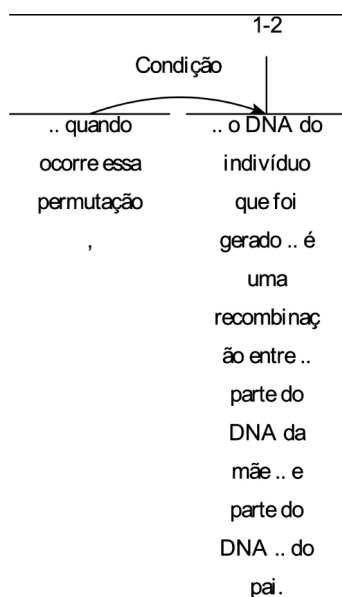


Diagrama 7. Relação de condição estabelecida por oração temporal

A frequência de ocorrência desses tipos de construção temporal é apresentada na Tabela 4.

Tabela 4. Factualidade (construções temporais)

	N	%
Factual	19	17,4
Não-factual não-pressuposta	90	92,6
TOTAL	109	100

Como pode ser observado, no *corpus* investigado a maior frequência de ocorrência é das orações temporais não-factuais não-pressupostas. Essas orações, como a do exemplo do diagrama 7, correspondem aos casos de orações temporais com leitura condicional a

que se referem Neves (2000) e Hirata-Vale (2008). É nossa hipótese que a alta frequência desse tipo de oração no *corpus* investigado se deva ao fato de os professores, nas aulas que compõem o *corpus*, se referirem a eventos que ocorrem habitualmente. Quando o evento codificado na oração temporal ocorre, preenche a condição para que o evento na oração nuclear ocorra também. É possível, inclusive, parafrasear o exemplo do diagrama 7 com o conectivo temporal *se*:

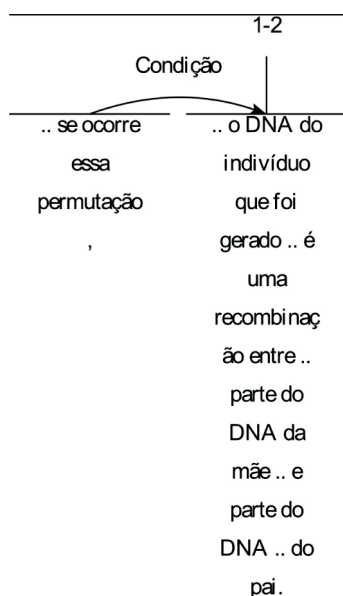


Diagrama 8. Paráfrase do exemplo do diagrama 7

Por outro lado, em pesquisa anterior realizada com narrativas (ANTONIO, 2004), no *corpus* relativo a informantes de ensino superior, todas as 43 ocorrências de orações temporais são factuais, como no exemplo do diagrama 18. Deve-se observar que a oração temporal do diagrama 9, por codificar evento que ocorre uma única vez, não permite a mesma paráfrase como a do diagrama 7, que expressa habitualidade.

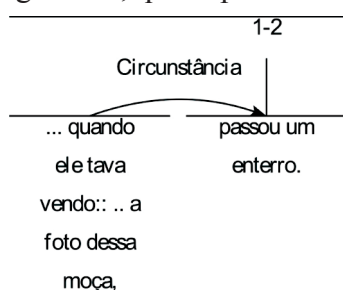


Diagrama 9. Relação de circunstância estabelecida por oração temporal em narrativa

Dessa forma, orações temporais não-factuais não-pressupostas estabeleceriam relação de condição com a oração nuclear. Taboada (2006) apresenta um exemplo de análise em que isso ocorre (diagrama 10). Na análise de Taboada, a oração iniciada por *when* (unidade 2) é um satélite de condição para o núcleo formado pelas 3 e 4. Assim como nas ocorrências de orações temporais não-factuais não-pressupostas do *corpus* desta pesquisa, a oração temporal traz um fato habitual que representa uma condição. Preenchida essa condição, isto é, realizado esse fato, realiza-se também o fato da oração nuclear.

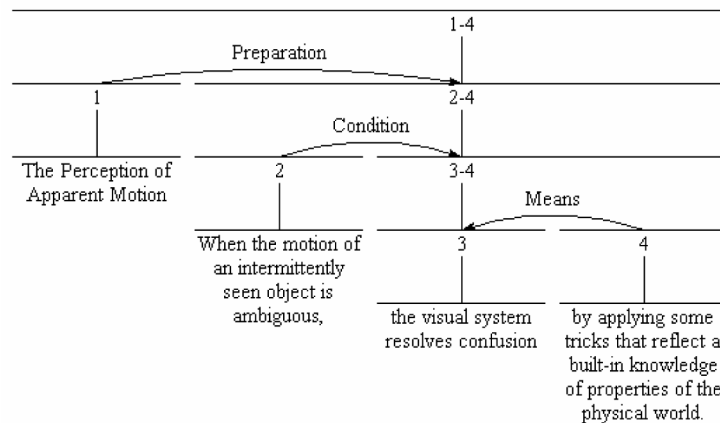


Diagrama 10. Oração temporal estabelece relação de condição – Análise de Taboada (2006)

As construções temporais selecionam diferentes correlações modo-temporais de acordo com a factualidade, como pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5. Factualidade e correlação modo-temporal (orações temporais)

Tipo de oração condicional	Oração temporal-oração nuclear	N	%
Factual	Pretérito perfeito – Pretérito Imperfeito	9	47,4
	Pretérito perfeito – Pretérito Perfeito	6	31,6
	Pretérito perfeito - Presente	2	10,5
	Demais correlações (com menos de 2 ocorrências cada)	19	10,5
	TOTAL		100
Não-factual não-pressuposta	Presente – Presente	60	66,7
	Futuro do subjuntivo – Futuro do indicativo	8	8,9
	Presente – Futuro	6	6,7
	Futuro do subjuntivo – Presente do indicativo	4	4,4
	Demais correlações (com menos de 3 ocorrências cada)	12	13,3
	TOTAL	90	100

Como pode ser observado, a maior frequência de ocorrência entre as construções não-factuais não-pressupostas é de presente na oração temporal e na oração nuclear. Entre as construções factuais, predominam o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito. Esses dados confirmam a proposta de Gómez-González e Taboada (2005), segundo a qual modo e tempo verbais podem ser marcas importantes na distinção das relações retóricas.

No que diz respeito ao conectivo, pode-se observar, na Tabela 6, que o conectivo mais utilizado pelos informantes do *corpus* desta pesquisa é o *quando*, assim como nas pesquisas de Braga (1999) e Antonio (2004).

Tabela 6. Conectivo (orações temporais)

	N	%
Quando	83	76,1
Na hora que	5	4,6
Depois que	4	3,7
Ao + infinitivo	3	2,8
Sempre que	3	2,8
Outros conectivos com menos de 3 ocorrências cada	11	10
TOTAL	109	100

Por fim, no que diz respeito à posição, como pode ser observado na Tabela 7, a grande maioria das orações temporais ocupa posição anterior à oração nuclear (86,2%), criando uma moldura para a interpretação do conteúdo do núcleo (DECAT, 2001).

Tabela 7. Posição da oração temporal em relação à oração nuclear

Posição	N	%
Anterior	94	86,2
Posterior	15	13,8
Sem oração nuclear	4	3,1

Considerações finais

A utilização de parâmetros da GDF mostrou-se produtiva na determinação de marcas formais que auxiliam na caracterização das relações retóricas que se estabelecem hipotaticamente.

No *corpus* investigado, embora tenham sido encontrados três tipos de construções condicionais no que diz respeito à factualidade e à pressuposição, a relação retórica estabelecida pelas orações condicionais é a mesma: condição. Há orações condicionais factuais, construções condicionais não-factuais não-pressupostas e construções não-factuais pressupostas. A distinção entre esses três tipos de construções condicionais é possibilitada pela correlação modo-temporal.

Nas construções condicionais factuais, a maior frequência de ocorrência é de construções com presente do indicativo tanto na oração condicional quanto na oração nuclear. Construções com pretérito perfeito na oração condicional e presente do indicativo na oração nuclear também caracterizam construções condicionais factuais. Entre as construções não-factuais não-pressupostas, a maior frequência de ocorrência é das construções com o futuro do subjuntivo na oração condicional e presente do indicativo na oração nuclear. Por outro lado, nas construções condicionais não-factuais pressupostas, observa-se maior frequência de ocorrência do pretérito imperfeito do subjuntivo na oração condicional.

Assim como aconteceu com as orações condicionais, os fatores factualidade e pressuposição também foram relevantes na determinação dos tipos de orações temporais encontradas no *corpus*. Foram encontradas construções temporais de dois tipos: factuais (estabelecendo relação de circunstância) e não-factuais não-pressupostas (estabelecendo relação de condição).

A maior frequência de ocorrência é das construções temporais não-factuais não-pressupostas. Essas construções correspondem aos casos de orações temporais com leitura condicional a que se referem Neves (2000) e Hirata-Vale (2008). É nossa hipótese que a alta frequência desse tipo de oração no *corpus* investigado se deva ao fato de os professores, nas aulas que compõem o *corpus*, se referirem a eventos que ocorrem habitualmente. Quando o evento codificado na oração temporal ocorre, preenche a condição para que o evento na oração nuclear ocorra também. Dessa forma, orações temporais não-factuais não-pressupostas estabeleceriam relação de condição com a oração nuclear. Assim como nas ocorrências de orações condicionais factuais e de orações condicionais não-factuais não-pressupostas do *corpus* desta pesquisa, a oração temporal traz um fato habitual que representa uma condição. Preenchida essa condição, isto é, realizado esse fato, realiza-se também o fato da oração nuclear. Por outro lado, as orações temporais factuais estabelecem relação de circunstância com a oração nuclear.

As construções temporais selecionam diferentes correlações modo-temporais de acordo com a factualidade. A maior frequência de ocorrência entre as construções temporais não-factuais não-pressupostas é de presente na oração temporal e na oração nuclear. Entre as construções factuais, predominam o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito. Esses dados confirmaram a proposta de Gómez-González e Taboada (2005), segundo a qual modo e tempo verbais podem ser marcas importantes na distinção das relações retóricas.

REFERÊNCIAS

AKATSUKA, N. Conditionals are discourse-bound. In: TRAUGOTT, E. C.; MEULEN, A. Ter; REILLY, J. S.; FERGUSON, C. A. (Eds.). *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 333-351.

ANTONIO, J. D. *Estrutura retórica e articulação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do português*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

BRAGA, M. L. Os enunciados de tempo no português falado no Brasil. In: NEVES, M. H. M. (Org.) *Gramática do português falado: novos estudos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999. v. 7. p. 443-459.

CROCCI DE SOUZA, M. S. *A hipotaxe adverbial temporal: uma abordagem funcionalista*. 1996. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

DECAT, M. B. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, M. B. et al. (Orgs.) *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 103-166.

DECLERCK, R.; REED, S. *Conditionals: a comprehensive empirical analysis*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001.

DIK, C. S. *The theory of Functional Grammar*. Part II: Complex and derived constructions. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1997.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.

GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A.; TABOADA, M. Coherence Relations in Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Eds.) *Studies in Functional Discourse Grammar*. Berne: Peter Lang, 2005. p. 227-259.

HALLIDAY, M. A. K. *Explorations in the functions of language*. Londres: Edward Arnold, 1973.

_____. Language Structure and Language Function. In: LYONS, J. (Ed.). *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth: Penguin, 1970.

HENGEVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: Van Der AUWERA, J. (Ed.). *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HIRATA-VALE, F. B. M. Para uma interpretação condicional de construções temporais do português: contextos de uso. *Alfa*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 167-177, 2008.

KOCH, I. G. V.; SOUZA E SILVA, M. C. P. Atividades de composição do texto falado: a elocução formal. In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. (Orgs.) *Gramática do Português Falado*. v. IV: Estudos Descritivos. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1996. p. 379-410.

KROON, C. Discourse Markers, Discourse Structure and Functional Grammar. In: BUTLER, C. S.; CONNOLLY, J. H.; GATWARD, R. A.; VISMANS, R. M. (Eds.) *Discourse and Pragmatics in Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 17-32.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization. *Text*, Berlim, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

_____. *Relational propositions in Discourse*. ISI/RR-83-115, 1983.

MANN, W. C.; MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical Structure Theory and text analysis. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. (Eds.) *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1992. p. 39-77.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Eds.) *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1988. p. 275-329.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

PÉREZ QUINTERO, M. J. *Adverbial subordination in English: a functionalist approach*. Amsterdam: Rodopi, 2002.

TABOADA, M. Implicit and explicit coherence relations. In: RENKEMA, J. (Ed.) *Discourse, of course*. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 127-140.

_____. Discourse Markers as Signals (or Not) of Rhetorical Relations. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 38, n. 4, p. 567-592, 2006.

VAN DIJK, T. A. Pragmatic Connectives. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 3, p. 447-456, 1979.